

RAÇA, GÊNERO E A SUB-REPRESENTAÇÃO: AS DESIGUALDADES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL

ÉDNA ALICE DUARTE DA ROCHA¹; TATIELE BRITES²; ROSANGELA MARIONE SCHULZ³

¹*Universidade Federal de Pelotas – rochaedna88@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – tatiele.brites@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – rosangelaschulz@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é oriundo das pesquisas em andamento no Programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, em que são problematizadas as desigualdades raciais e de gênero e suas implicações na sociedade brasileira, o que também se relaciona com a representação política. O debate aqui suscitado insere-se, portanto, no campo de estudos das Ciências Humanas.

De modo mais específico, este trabalho tem como proposta apresentar reflexões sobre a participação das mulheres negras na sociedade brasileira, a partir de referências que são basilares para a compreensão de que as desigualdades que afetam esse grupo social de maneira particular, principalmente no que tange à representação política.

Com o desenvolvimento dos movimentos sociais, na metade da década de 70, ocorreu a participação mais expressiva de diversos setores da população brasileira. Assim, “o Movimento Negro desempenhou um papel de extrema relevância na luta antirracista em nosso país” GONZALEZ (2018). E dentro do movimento negro, pequenos grupos organizados por mulheres negras começaram a lutar contra as desigualdades, opressões e, não menos importante, por representação política. A autora Lélia Gonzalez, que participou ativamente nesse período, defendia que “sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levadas em conta nas lutas feministas, exatamente, porque, como o sexism, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedade como a nossa” GONZALEZ (2018).

A brasileira Lélia Gonzalez e a estadunidense Patrícia Hill Collins, formularam definições relevantes sobre a opressão. Collins, explica a definição de opressão em três dimensões: econômica, política e intelectual. Mesmo tendo entendimento que as três dimensões se complementam, a ênfase para esta pesquisa será para a opressão na dimensão política. COLLINS (2019) explica que “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão dos saberes subjugados da teoria social crítica das mulheres negras.”

A mulher negra brasileira faz parte deste grupo afetado pelas desigualdades e também busca compreender e se manter em oposição à injustiça social, como escrito anteriormente. “Enegrecendo o movimento” foi o termo utilizado por Sueli Carneiro para contemplar a história das mulheres negras no movimento feminista brasileiro. Para CARNEIRO (2003), “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular”,



de modo a determinar que o combate ao racismo é uma prioridade política para as mulheres negras brasileiras.

A reivindicação e questionamento da representação da mulher negra na política é parte da luta antirracista e coloca em destaque as implicações do sexism e racismo que a colocam em uma posição subalternizada, embora elas tenham construído estratégias que visam à superação dessa condição. O posicionamento das ativistas negras é uma forma de resistência, de maneira que “o esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão.” CARNEIRO (2003).

A resistência das mulheres negras é responsável por um novo cenário político e social não apenas para as mulheres negras, mas para toda a sociedade. E essa resistência acompanhada de ação política reivindica a necessidade de espaços de representação na política institucional. Conforme a bibliografia levantada para a construção desse trabalho, é possível compreender que a ação política das mulheres negras foi responsável pela inserção dessa discussão na esfera pública, a partir da problematização de pautas tão importantes como o combate à injustiça social e a representação política.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se a triangulação metodológica, onde mais de um método é utilizado para analisar um problema de investigação específico. Começamos pela técnica descritiva, onde Antônio Carlos Gil salienta que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” GIL (2002). Gil também destaca que “entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc.” (GIL, 2002, p. 42) Esse trabalho traz recorte de gênero e raça, características que contemplam o método de pesquisa descritiva. Também será utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, que será desenvolvida com foco na teoria do feminismo negro. Na pesquisa bibliográfica, seu desenvolvimento se dá a partir de material já elaborado, em geral livros e artigos científicos. Segundo Gil, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Dessa forma, a pesquisa realizada para a construção desse trabalho utilizou-se de abordagem qualitativa, com o levantamento das referências bibliográficas que tratam do tema aqui abordado, com coleta de dados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, construída a partir de dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral, elencamos os resultados que afirmam a sub-representação de mulheres negras nos espaços da política formal. A existência da desigualdade de raça e gênero na sociedade brasileira afasta mulheres dos espaços de poder e, quando candidatas e eleitas, são submetidas à violência política de gênero. A Lei 9504/1997 é a ação afirmativa destinada à reserva de 30% de vagas para que as mulheres disputem os cargos eletivos nas eleições proporcionais e representa uma



conquista importante. No entanto, a representação feminina ainda é baixa. Os dados são ainda mais alarmantes quando lançamos olhar para as mulheres autodeclaradas pretas e pardas, as quais estão historicamente afastadas do espaço da política institucional, conforme apontamos abaixo.

Nas últimas décadas, diversos estudos têm se debruçado a tentar compreender a posição ocupada pelas mulheres na sociedade, tanto no espaço público quanto no espaço privado. No que concerne ao espaço público, os debates apontam a existência de uma sub-representação desse grupo social na política institucional (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013), o qual tem sido historicamente afastado dos espaços de poder. As eleições municipais de 2020 ilustram essa questão: do total de candidatos 66,4% eram homens, e mulheres, 33,6%, embora estas componham 52,5% do eleitorado. Os dados apontam que a participação das mulheres ainda é menor no que se refere ao número de eleitas. Quando se trata de pretas e pardas, a proporção é ainda menor: somente 6,3% de mulheres negras foram eleitas como vereadoras no pleito de 2020, o que as coloca na base da pirâmide da competição eleitoral. Esse dado corrobora os efeitos da desigualdade racial nas eleições, apontados no trabalho de CAMPOS; MACHADO (2015), pois apesar de a população negra compor 54,6% do total da população brasileira (IBGE, 2021), está sub-representada. É importante que mais estudos abordem os efeitos que as desigualdades têm sobre esse grupo social, a fim de que políticas possam ser desenhadas para mudar esse cenário.

4. CONCLUSÕES

Como o trabalho é oriundo de pesquisas que ainda estão em andamento, as conclusões a que chegamos são parciais. Desse modo, o levantamento bibliográfico realizado e a coleta de dados acerca da representação política das mulheres negras apontam para sub-representação desse grupo nos espaços da política institucional. Pode-se afirmar que a realização de estudos que versem sobre as condições que afetam a vida das minorias são imprescindíveis para o aprimoramento da democracia e para que se tenha uma representação mais inclusiva, de modo a dirimir as desigualdades raciais na sociedade brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **R. Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-132, 2003.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação metodológica. Lisboa, CIES e-WORKING PAPER N.º 60/2009.



GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989

GONZALES, L. **Primavera para as rosas negras.** São Paulo: Filhos da África, 2018.

HILL COLLINS, P. **Pensamento Feminista Negro.** São Paulo: Boitempo, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 08 ago. 2021. Online. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>

PINTO, Céli Regina Jardim; MORITZ, Maria Lucia; SCHULZ, Rosangela M. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, DF, n. 10, p. 195-223, jan./abr. 2013.

Tribunal Superior Eleitoral. Acessado em 02 mai. 2021. Online. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>